Trabalho apresentado no 17º CBCENF

Título: EVENTOS ADVERSOS E PRESCRIÇÃO MÉDICA ILEGÍVEL: UMA ABORDAGEM QUANTITATIVA

Relatoria: AURORA PEREIRA BONIFACIO
Jessica Prsicilla Resende
Autores: Franciele Pereira da Silva
Luciele Pereira da Silva

Modalidade: Pôster
Área: Ética e legislação em enfermagem
Tipo: Pesquisa

Resumo:

A Organização Mundial de Saúde atribui alguns preceitos relacionados a uma boa prescrição, que deve conter: letra legível, nome e endereço do profissional, entre outros atributos. Estes elementos são essenciais para a segurança do paciente. Quando nos deparamos com uma prescrição ilegível a mesma ocasiona transtornos a equipe, gerando insegurança e demora no atendimento ao cliente. A prescrição médica legível é essencial para evitar eventos adversos no tratamento do cliente. Os eventos adversos são a principal consequência associada a essas prescrições e é definido como qualquer evento evitável que, de fato ou potencialmente, pode levar ao uso inadequado de medicamento. O profissional de enfermagem devido a suas atividades laborais assistenciais sofre diretamente com a prescrição médica ilegível, exigindo atenção redobrada em seus cuidados a fim de garantir ao cliente uma assistência livre de imperícias e imprudências. OBJETIVO: analisar produção cientifica que versa sobre prescrições ilegíveis nos períodos compreendidos entre 2008 e 2013. Pesquisa de cunho quantitativo com base em referencial teórico. Foram realizadas buscas de artigos científicos que versam sobre o tema em bases de dados da Literatura Latino- Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Eletronic Library Online (SCIELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BIREME). Em estudo realizado por Geysa ET AL, foram analisadas 167 prescrições, sendo encontrado um quantitativo relevante de prescrições ilegíveis, em referida pesquisa o setor da clinica médica apresentou o maior índice 31,6%. Em análise realizada por Silvério e Leite, 800 prescrições foram investigadas, destas 421 (36%) é ilegível o que dificulta o entendimento e leva a riscos ao paciente. Em pesquisa realizada por Filho onde foram analisados 693 prescrições, sendo 36,9 % consideradas ilegíveis. Corroborando com os outros autores Araújo e Uchôa observou-se que de maneira geral 3,14%, das prescrições analisadas eram totalmente ilegíveis. CONCLUSÃO: Em pesquisa foi evidenciado que existe um alto índice de prescrições ilegíveis e estas podem estar relacionadas a eventos adversos, desta forma conclui-se que existe uma necessidade emergencial de revisão de prontuários, integração de equipe, promoção de dialogo e adoção de outra metodologia de prescrição como a informatização da prescrição.Pesquisa feita com APOIO FINANCEIRO pelo Programa de Auxílio Eventos (Pró-Evento) da Universidade Estadual de Goiás.